UNIDADE DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO
Portaria do Coordenador de Ensino Médio e Técnico, de 14-12-2012
Declarando , com fundamento no Parecer CEE 158/03, que o estudo concluído no Exterior, em 2004, na “Guifukeritsu Kamo Norin Kōtō Gakkou” (Escola Secundária de Agricultura e Silvicultura de Kamo) (Kamo Shi/Gifuken /Japão), por Marcela da Luz Takase RG: 39.788.473-4, referente ao Diploma de Conclusão do curso de Ciência da Produção, que integra as disciplinas do Curso de Ensino Médio e da Educação Profissional, é equivalente à conclusão de ensino médio do sistema brasileiro de ensino, com direito a prosseguimento de estudos na educação superior.

FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

DIRETORIA GERAL

Portaria Famerp-140, de 07-12-2012
O Diretor Geral da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp,
De conformidade com o que dispõe o Artigo 7º do Estatuto da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, aprovado pelo Decreto Estadual 41.228 de 22-10-1996 e, consoante requerido no processo protocolado sob Nº F-001-004486/2010, Resolve:

Artigo 1º - Autorizar o recebimento, em doação, do bem permanente abaixo relacionado, doado pela “FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo” de acordo com o processo 05/02041-0, no valor de R\$ 17.351,82, como segue:
* 1 Espectrofotômetro marca Nanodrop Technologies, modelo ND-1000, n.º de série C781, com fonte de alimentação universal e software, patrimônio 005053 no valor de R\$ 17.351,82.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Portaria Famerp-141, de 07-12-2012
O Diretor Geral da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp,

De conformidade com o que dispõe o Artigo 7º do Estatuto da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, aprovado pelo Decreto Estadual 41.228 de 22-10-1996 e, consoante requerido no processo protocolado sob nº F-001-006580/2010, resolve:

Artigo 1º - Autorizar o recebimento, em doação, do bem permanente abaixo relacionado, doado pela “Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo” de acordo com o processo 08/55101-8, no valor de R\$ 9.996,41, como segue:

* 1 Computador Tipo Estação de Trabalho C/ Monitor, marca não identificada, modelo Core I7 – 975 – 3.33GHZ C/ 6 MEM 2GB DDR3; HD 1TB SATA II; Monitor 24” LCD Samsung, etc, série do Monitor: A1923XES705007T com número de patrimônio 5137 no valor de R\$ 9.996,41.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Esporte, Lazer e Juventude

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SELJ 27 de 03-12-2012
O Secretário de Esporte, Lazer e Juventude resolve:
Artigo 1º - Fica Constituído na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude o Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, de acordo com o artigo 6º da Lei 9.362, de 31-05-1966, regulamentada pelos: Decreto 48.176, de 04-07-1967; Decreto 56.637 de 01-01-2011; Decreto 51.601 de 26-02-2007 e Decreto 56.149 de 31-08-2010.

Artigo 2º - O Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, G.S.P.O.F.P, constituído pelo artigo 1º terá a seguinte composição:

I Colegiado: Ricardo Seiko Afuso, RG 15.441.278-8, Coordenador do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas; Luanna Noele Betinardi, RG 6.784.609-5, Representante da Secretaria de Economia e Planejamento; Sueto Inoue, RG 5.476.467-1, representante da Secretaria da Fazenda; Ana Maria de Andrade, RG 13.686.028-6, Supervisora da Equipe Técnica.

II Equipe Técnica: Roselei Maria de Carvalho, RG 17.563.518-3, Representante do Gabinete do Secretário; Sônia da Silva Souza, RG 13.469.672, representante da Coordenadoria de Esporte e Lazer; Lucilene Vieira da Silva, RG 9.352.097-9, representante dos Fundos Especiais de Despesa do Gabinete, Marcela Moretto Rodrigues Pedro Brazão, RG 18.533.946-3, Secretária, Denis Kiyan Miyahira, RG 32.616.526-5, Analista de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas e Angela Lucilene Costa Bettini, RG 10.667.484-5, Representante da Coordenadoria da Juventude.

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria CG-20, de 14–12–2012
O Chefe de Gabinete da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, de acordo com o artigo 24, inciso I do Decreto 56.637 de 01-01-2011:

Considerando a necessidade de dar cumprimento aos preceitos legais, em especial aos procedimentos averiguatórios preliminares, e com base nos apontamentos registrados pela Corregedoria Geral da Administração em seu Relatório, Processo Correcional CGA 058/2009, tendo por objeto os Processos SEJEL 0251/2003, SEJEL 0199/2004, SEJEL 1263/2004, SEJEL 0124/2005, SEJEL 0636/2005, SEJEL 0361/2006, SELT 0414/2007, SELT 0118/08, SELT 1398/2008 e SELT 0442/2009; DETERMINA:

Artigo 1º - Que se desenvolvam os procedimentos necessários à completa instrução por intermédio de Apuração Preliminar Averiguatória, para esclarecimento de eventuais responsabilidades, nos termos dos artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, com redação dada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, referente ao Processo SELJ 1489/2012.

Artigo 2º - Fica designado como Responsável pela Apuração Preliminar de que trata o artigo 1º, o servidor: Gilberto Ferreira de Almeida, RG 18.868.583, para que à luz das normas e prazos legais, apresente a conclusão dos trabalhos.

Artigo 3º - As Unidades Administrativas da Pasta deverão, prontamente, atender o quanto requisitado pela Responsável, fornecendo as informações e documentos, salvo as proibições legais.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunicado
Considerando as disposições do artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei Federal 8.883/94, indicamos a seguir os pagamentos necessários ao desenvolvimento das Unidades Gestoras da Pasta que devem ser providenciados de

imediatamente, visando assegurar condições para realização dos programas desta Pasta bem como o apoio administrativo, cujo não cumprimento implicará prejuízos de ordem interna e externa.

PDS a serem pagas
410001
Data: 14-12-2012

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
410101	2012PD01660	1.698,79
410101	2012PD01662	1.467,12
410101	2012PD01666	2.144,14
TOTAL		5.310,05

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
410103	2012PD02015	21,18
410103	2012PD02162	31,46
410103	2012PD02169	336,79
410103	2012PD02194	62,75
410103	2012PD02223	344,40
410103	2012PD02231	663,84
410103	2012PD02232	663,84
410103	2012PD02235	21,80
410103	2012PD02236	31,10
410103	2012PD02237	235,06
410103	2012PD02239	57,59
TOTAL		2.469,81
TOTAL GERAL		7.779,86

Habitação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SH-54, de 10-12-2012

Substitui membro do Conselho Estadual da Habitação – CEH

O Secretário da Habitação, em atendimento ao disposto no § 5º do Artigo 3º do Decreto Estadual 53.823/2008, resolve:
Artigo 1º - Substituir o representante de organização representativa de agentes privados que compõe o Conselho Estadual de Habitação – CEH, como segue:
Dispensando, a pedido, Luiz Antônio Nogueira de França – R.G. 11.621.702, da condição de membro titular do Conselho Estadual de Habitação – CEH, na qualidade de representantes da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP.

Designando, Octavio de Lazari Junior – R.G. 12.992.558, para integrar, como membro titular o Conselho Estadual de Habitação - CEH, na qualidade de representantes da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Extrato de Convênio
Prorrogação
Em cumprimento ao que dispõe a Cláusula Décima Primeira, do Decreto 54.199, de 02-04-2009, ficam prorrogados os convênios referentes aos Municípios abaixo discriminados.

ESTANCIA TURÍSTICA BARRA, Processo SH-419/05/2010 prorrogado até 05-12-20113.
IPIGUÁ, Processo SH-995/05/2009 prorrogado até 14-12-2013.

Extrato de Convênio
Prorrogação. Em cumprimento ao que dispõe a Cláusula Décima Primeira, do Decreto 54.199, de 02-04-2009, fica prorrogado o convênio referente ao Município abaixo discriminado.

SANTA CRUZ DO RIO PARDO, Processo SH-451/05/2010 prorrogado até 02-12-2012.
O Secretário do Meio Ambiente, Considerando o Decreto Estadual 51.150, de 03-10-2006, que dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN no Estado de São Paulo, e a Portaria 037/2006, da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, de 22-02-2007, que estabelece os procedimentos para a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e

Considerando as informações constantes no processo FF 544/2010, que trata do pedido de criação da RPPN “Sítio Manacá”, Resolve:
Artigo 1º - Reconhecer como de interesse público e em caráter de perpetuidade a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN denominada “Sítio Manacá”, encerrando a área de 25.083 hectares, localizada no Município de Guaratinguetá, de propriedade de Antonio Fernando Freire, inserida na matrícula 29.096, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaratinguetá.

Artigo 2º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN “Sítio Manacá” tem os seus limites descritos conforme levantamento constante no ANEXO desta Resolução.

Artigo 3º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN “Sítio Manacá” será administrada pelo proprietário do imóvel, ou por seu representante legalmente constituído, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei Federal 9.985, de 18-07-2000, e no Decreto Estadual 51.150, de 03-10-2006, ressaltando aquelas estabelecidas em seu artigo 10.
Artigo 4º - Após a publicação deste ato, o proprietário será convocado pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo para assinatura do Termo de Compromisso, e terá 60 dias para promover sua averbação, devendo gravar a área do imóvel reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, encaminhado a respectiva cópia autenticada à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.
Parágrafo único - O não cumprimento do disposto neste artigo implicará a revogação da presente Resolução.

Artigo 5º - As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN “Sítio Manacá” sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei 9.605, de 12-02-1998, e no Decreto Federal 6.514, de 22-07-2008.

Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(Processo FF 544/2010)
ANEXO
MEMORIAL DESCRITIVO
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL
“SÍTIO MANACÁ”
Imóvel: SÍTIO MANACÁ
Proprietário: ANTONIO FERNANDO FREIRE
Município: GUARATINGUETÁ
Comarca: GUARATINGUETÁ
UF: São Paulo
Matrícula: 29.096

Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Sítio Manacá”, localizada no Município de Guaratinguetá/SP

O Secretário do Meio Ambiente, Considerando o Decreto Estadual 51.150, de 03-10-2006, que dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN no Estado de São Paulo, e a Portaria 037/2006, da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, de 22-02-2007, que estabelece os procedimentos para a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e

Considerando as informações constantes no processo FF 544/2010, que trata do pedido de criação da RPPN “Sítio Manacá”, Resolve:
Artigo 1º - Reconhecer como de interesse público e em caráter de perpetuidade a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN denominada “Sítio Manacá”, encerrando a área de 25.083 hectares, localizada no Município de Guaratinguetá, de propriedade de Antonio Fernando Freire, inserida na matrícula 29.096, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaratinguetá.

Artigo 2º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN “Sítio Manacá” tem os seus limites descritos conforme levantamento constante no ANEXO desta Resolução.

Artigo 3º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN “Sítio Manacá” será administrada pelo proprietário do imóvel, ou por seu representante legalmente constituído, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei Federal 9.985, de 18-07-2000, e no Decreto Estadual 51.150, de 03-10-2006, ressaltando aquelas estabelecidas em seu artigo 10.
Artigo 4º - Após a publicação deste ato, o proprietário será convocado pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo para assinatura do Termo de Compromisso, e terá 60 dias para promover sua averbação, devendo gravar a área do imóvel reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, encaminhado a respectiva cópia autenticada à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

Parágrafo único - O não cumprimento do disposto neste artigo implicará a revogação da presente Resolução.

Artigo 5º - As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN “Sítio Manacá” sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei 9.605, de 12-02-1998, e no Decreto Federal 6.514, de 22-07-2008.

Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(Processo FF 544/2010)
ANEXO
MEMORIAL DESCRITIVO
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL
“SÍTIO MANACÁ”
Imóvel: SÍTIO MANACÁ
Proprietário: ANTONIO FERNANDO FREIRE
Município: GUARATINGUETÁ
Comarca: GUARATINGUETÁ
UF: São Paulo
Matrícula: 29.096

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural de 250829,70 m² ou 25,083 hectares.

PERÍMETRO E CONFRONTAÇÕES

Inicia-se no Ponto A, pelos seguintes rumos e extensões: 58º20'37" SW – 76,82m, 2'38'19" SW – 58,23m, 16°16'34" SW – 51,46m, 22°57'19" SW – 40,33m, 39°50'03" SE – 35,98m. 19°41'46" SE – 6,70m, 83°16'06" SW – 64,48m, 16°54'22" SE – 65,03m, 83°01'04" NE – 103,45m, 22°12'20" NE – 42,53m, 58°24'17" NW – 62,86m, 19°41'46" NW – 3,58m, 40°07'03" NW – 25,48m, 22°57'19" NE – 27,21m, 16°16'34" NE – 55,73m, 02°38'19" NE – 48,42m, 58°20'37" NE – 56,18m, 17°07'45" SW – 88,68m, 29°00'48" SE – 112,10m, 6°27'24" SE -185.19m, encontrando a reta entre as estacas 31 a 9A, seguindo por cerca de arame, confrontado com José Ferraz da Silva, à Nordeste com Giovanni Ferruccio Luchesi e Augusto João Luchesi, pela cerca e espigão, com os seguintes rumos e distâncias: 81°30'00" SW – 504,02m, 42°00' NW – 320,00m e 29° 00'00' NW – 168,00m, estremados pelas estacas 9A e 13A: ao Norte com Geralda Maria Soares (sucessora de Manoel Pedro), pelo espigão e cerca, com os seguintes rumos e distancias: 29°00' NE – 12,00m, 57°45' NE – 16,00m, 66°35' NE – 13,00m, 81°00' NE – 39,25m, 86°45' 20" NE – 126,11m, 87°00' SE – 46,88m, 74°30' SE – 69,00m, 77°00' SE – 38,50m, 86°30' NE – 92,00m, 44°48'42" NE – 62,20m, 64°54'00" NE – 61,10m, 74°00' NE – 40,00m, 80°32'19" NE – 70,61m e 85°00' NE – 99,07m, até este ponto, entre as estacas 13A e 05, defletindo à direita com os seguintes rumos e extensões: 09° 07'41" SW – 34,13 m, encontrando o Ponto A, fechando assim uma área de 250829,70 m² ou 25,083 ha. permanecendo um remanescente de 56603,30m² ou 5,6603 ha. do total da propriedade.

Despacho do Chefe de Gabinete, de 13-12-2012
Mantendo, com base no Parecer CJ/SMA nº 1012/2012, cujos termos foram adotados como motivação deste ato, a decisão recorrida, nos termos do artigo 47, inciso VI, da Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1.998, e encaminhando os autos ao Sr. Secretário Estadual do Meio Ambiente para apreciação do recurso administrativo.

Interessada: Maria Auxiliadora de Assis Tschirner (Processo FF nº 114/2012)

Extrato de Convênio
Termo de Convênio/2012: convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais/Departamento de Fauna, e a Associação Araraquarense de Proteção aos Animais.

Convênio: 009 /2012 – SMA/ CBRN - DeFau
Concedente: Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais/Departamento de Fauna
Beneficiário: Associação Araraquarense de Proteção aos Animais.

Objeto: Identificação e controle da população de cães e gatos.

Vigência: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Valor do repasse: R\$ 50.000,00
Parecer Jurídico: Parecer CJSMA 1017/2012
Programa de Trabalho: 18.541.2610.6072.0000
Fonte de Recursos: 001 - Tesouro do Estado
Natureza da Despesa: 445042
Data de Assinatura: 14-12-2012
(Processo SMA 16.433/2011)

Extrato de Convênio
Termo de Convênio/2012: convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais/ Departamento de Fauna, e o Instituto Cãochorro e Outros Bichos.

Convênio: 008 /2012 – SMA/ CBRN - DeFau
Concedente: Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais/Departamento de Fauna
Beneficiário: Instituto Cãochorro e Outros Bichos.

Objeto: promoção do controle da população canina e felina, o incentivo à adoção e realização de campanhas de conscientização pública.

Vigência: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Valor do repasse: R\$ 100.000,00
Parecer Jurídico: Parecer CJSMA 1018/2012
Programa de Trabalho: 18.541.2610.6072.0000 – Fauna Urbana

Fonte de Recursos: 001 - Tesouro do Estado
Natureza da Despesa: R\$ 57.744,00 - 445042 e R\$ 42.256,00 - 335039
Data de Assinatura: 14-12-2012
(Processo SMA 16.431/2011)

Comunicado
Adendo ao Termo de Compromisso/2012: Adendo ao Termo de Compromisso para responsabilidade pós-consumo de aparelhos de telefonia móvel celular e seus respectivos acessórios.
Participes: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e a Vivo S/A.

Objeto: A divulgação da campanha “Recicle seu celular”, em atendimento à cláusula 4.2.c do Termo de Compromisso.

Data da assinatura: 30-11-2012.
(Processo SMA 5.124/2012)

Despacho do Secretário, de 14-12-2012
Considerando os elementos constantes nos presentes autos, e nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, c.c. o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, Ratifico a Dispensa de Licitação, reconhecida pelo Diretor Técnico de Departamento do Instituto de Botânica, a favor da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - Codasp, com fundamento no artigo 24, inciso VIII da Legislação Federal de Licitações e Contratos, referente à contratação de prestação de serviços com fornecimento de material, equipamentos e mão de obra para recuperação de carregadores de serviços em trecho de 1.550 metro lineares, no parque estadual Fontes do Ipiranga na divisa com a rodovia dos imigrantes e Jardim Lourdes. (Processo 14.090/2012)

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria Conjunta CA/CFA, de 14-12-2012

Designando o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 13/2012/CA e 11/2012/CFA, firmado em 14-12-2012 com a AMC Informática Ltda

O Coordenador da Coordenadoria de Administração e o Coordenador da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolvem:

Artigo 1º - Designar os servidores Carlos Eduardo Roberto, RG 7.380.192-6, para, na qualidade de fiscal, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato 13/2012/CA e 11/2012/CFA, firmado em 14-12-2012 com a empresa Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda, objetivando a prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e da manutenção de veículos, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis e oficinas.

Artigo 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da publicação. (PSMA 13.469/2012)

Despacho do Coordenador, de 14-12-2012
Considerando os elementos de instrução dos presentes autos, notadamente a previsão do artigo 72 do Decreto Estadual 57.933/12, em especial o disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Ratifico a integra da instrução processual e a Dispensa de Licitação, reconhecida pelo Diretor do

Departamento de Suprimentos e Apoio à Gestão de Contratos a favor da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp, com fundamento no inciso XVI do artigo 24 da Legislação Federal de Licitações e Contratos, referente ao serviço de informática, abrangendo a cessão de Direito de Uso, manutenção dos Sistemas de Controle de Patrimonial e Controle de Estoque, bem como migração dos dados. (PSMA 10.234/2012)

Despacho do Coordenador, de 14-12-2012
Considerando os elementos de instrução dos presentes autos, notadamente a previsão do artigo 72 do Decreto Estadual 57.933/12, em especial o disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Ratifico a integra da instrução processual e a Inexigibilidade de Licitação, reconhecida pelo Diretor do Departamento de Suprimentos e Apoio à Gestão de Contratos a favor do Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisa na Administração Pública – INP Ltda, com fundamento no “caput” do artigo 25 da Legislação Federal de Licitações e Contratos, referente a participação de servidores daquele Departamento no 8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros (PSMA 15.079/2012)

Despacho do Coordenador, de 14-12-2012
Considerando os elementos constantes nos presentes autos, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, c.c. o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, Ratifico a integra da instrução processual e a Inexigibilidade De Licitação, reconhecida pelo Diretor do Departamento de Suprimentos e Apoio à Gestão de Contratos a favor da empresa Zênite Informação e Consultoria S/A com fundamento no inciso I, do artigo 25 da Legislação Federal de Licitações e Contratos, referente ao serviço de assinatura do acesso à área exclusiva do Website Licitações e Contratos, Leianotada.com e Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos- ILC. (PSMA 15.078/2012)

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Deliberação Consema 36, de 12-12-2012
302ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema
Aprova o EIA/RIMA do empreendimento “Obras de Implantação da Usina de Recuperação de Energia – URE”

O Conselho Estadual do Meio Ambiente-Consema, delibera:
Artigo único - Aprova, com base no Parecer Técnico/ CETesb/121/2/IPSR sobre o respectivo EIA/RIMA, a viabilidade ambiental do empreendimento “Obras de Implantação da Usina de Recuperação de Energia – URE”, de responsabilidade da FOXF URE – BA Ambiental Ltda, no município de Barueri (Proc. 18/2012), e obriga o empreendedor a cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos.

Deliberação Consema 37, de 12-12-2012
302ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema
Aprova o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação do Centro de Tecnologia e Construção Off Shore – CTCO”.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente-Consema, delibera:
Artigo único - Aprova, com base no Parecer Técnico/ CETESB/556/12/IE sobre o respectivo EIA/RIMA, a viabilidade ambiental do empreendimento “Implantação do Centro de Tecnologia e Construção Off Shore – CTCO”, de responsabilidade da SAIPEM do Brasil Serviços de Petróleo, no município de Guarujá (Proc. 51/2012), e obriga o empreendedor a cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos.

COORDENADORIA DE PARQUES URBANOS

Despacho do Coordenador, de 14-12-2012
Autorizando, nos termos do artigo 1º da Resolução SMA nº 89, de 08 de novembro de 2012, e conforme o disposto na Resolução SMA nº 20, de 24 de março de 2010, o uso autorizo o uso da área especificada nos autos deste processo, situada no interior do Parque Villa-Lobos, pela empresa REVOLUTION LTDA M.E., entre as 6:00 e as 14:00 hrs. do dia 18 de dezembro de 2012, a título precário e oneroso, com cobrança do valor estipulado na alínea “a” do inciso II do artigo 4º da Resolução SMA nº 20, de 24 de março de 2010, e, se necessário, combinada com os §§ 1º e 2º do mesmo artigo da referida Resolução, a ser pago mediante contrapartida, em até 15 (quinze) dias após a execução do trabalho cinematográfico. Ressaltando que, caso não seja possível realizar a filmagem em virtude de condições climáticas adversas, é facultado ao Administrador do Parque Villa-Lobos marcar nova data para o serviço, a teor do disposto no § 1º do artigo 7º da Resolução SMA nº 20, de 24 de março de 2010, observando-se o § 2º do artigo 5º dessa Resolução.
(Processo SMA nº 15.470/2012)

Despacho do Coordenador, de 14-12-2012